

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL

DEFICIÊNCIA VISUAL

1 METODOLOGIA E INTERVENÇÕES PARA O DEFICIENTE VISUAL

A pessoa com deficiência visual cresce e se desenvolve de forma semelhante àquelas que enxergam, porém apresentando diferenças, de acordo com seu ritmo e potencialidades, tendo em vista os diferentes graus de limitação visual. Mesmo assim, as semelhanças entre as crianças de visão normal e as cegas são maiores do que as diferenças.

A deficiência visual é a limitação ou perda de uma ou mais funções básicas do olho ou do sistema visual e a cegueira é a perda total da visão ou a falta da percepção de formas e imagens. Para compreender de que maneira o professor mediador poderá contribuir efetivamente para a apropriação do conhecimento dos alunos com deficiência visual, é necessário estabelecer a diferença entre os processos de aprendizagem de alunos com deficiência visual total (cegueira) ou perda visual parcial (baixa visão). O processo de aprendizagem acontecerá através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato e paladar), utilizando o Sistema Braille como principal meio de comunicação escrita. (BRASIL, 2003).

O entendimento sobre a cegueira tem sido tema de estudo realizado por autores que buscavam explicar a condição do cego por intermédio de quem enxergava. Vygotski (1989), por exemplo, tentou compreender o significado individual e social da cegueira e a forma como as pessoas vivem sem o sentido da visão, dizendo que uma pessoa que nunca enxergou pode ter noção do mundo por referências sociais ou reflexivamente. O mesmo autor preconizava em seus estudos a personalidade do cego e enfatizava que a cegueira por si só não faz de uma criança uma pessoa com "defeito", que não é uma desvalia, nem uma enfermidade. Vygotski (1989) destacava, ainda, que cegueira não provoca apenas a falta da visão (o defeito de um órgão específico), mas a reorganização de todas as forças do organismo e da personalidade.

Quanto a "baixa visão", esta pode ser entendida como a alteração da capacidade de funcionamento da visão, que interfere ou limita o desempenho visual. Ela pode estar associada a alguns fatores, como: baixa acuidade visual (a pessoa não consegue enxergar normalmente os estímulos) e a redução do campo visual (só enxerga com a visão central ou periférica). Assim, seu processo educativo se desenvolverá por meios visuais, com utilização de recursos específicos, como: material com caracteres ampliados, lupa manual e de apoio; e, para longe, utilizam-se sistemas telescópicos (telelupas) que podem ser monoculares ou binoculares. (BRASIL, 2003).

Pessoas cegas ou com baixa visão podem apresentar atraso no desenvolvimento global. Isto se deve, em grande parte, à dificuldade de interação, apreensão, exploração e domínio do meio físico - experiências responsáveis pela decodificação e interpretação do mundo pelas vias sensoriais remanescentes (táteis, auditivas, olfativas e gustativas). A falta dessas experiências pode prejudicar a compreensão das relações espaciais, temporais e a aquisição de conceitos necessários ao processo ensino-aprendizagem. Portanto, é fundamental que essas experiências sejam estimuladas desde a Educação Infantil.

Além disso, diversos fatores podem interferir no desenvolvimento educacional da pessoa com deficiência visual, como a idade em que surgiu a deficiência e a forma que ela se manifestou. O período da vida em que a pessoa se tornou deficiente é que

vai determinar a necessidade de atenção para alguns aspectos do processo educacional, visto que a existência ou não de imagens visuais acumuladas é que determinará a constituição de necessidades específicas, exigindo a utilização de procedimentos e estratégias de ensino que visem a uma efetiva aprendizagem. (BRASIL, 2003).

2 ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA ALUNOS CEGOS E COM BAIXA VISÃO

No ensino comum deverão ser realizadas adaptações que contemplem o acesso às diferentes disciplinas, de modo a assegurar a igualdade e a oportunidade para todos os alunos.

A criança com deficiência visual, assim como as demais, apresenta inúmeras possibilidades de entender o conteúdo trabalhado, porém tem necessidades específicas de aprendizagem, para as quais é preciso apoio e recursos especiais, como a leitura e a escrita no Sistema Braille; o soroban, como aparelho de cálculo para uso na aprendizagem da matemática; e orientação e mobilidade para uma locomoção segura e independente. No caso de alunos com baixa visão, estes precisam de materiais específicos, como livros com caracteres ampliados, recursos ópticos, boa luminosidade, etc.

Então, professor, para facilitar sua mediação ao receber na sua sala de aula um aluno com deficiência visual, a seguir apresentamos algumas sugestões:

• Tomar cuidado ao utilizar linguagem ambígua, pois será seu maior problema, visto que, se não houver clareza ao solicitar determinada atividade, o seu aluno poderá não compreender.

- A regra básica é perguntar sempre a uma pessoa cega se ela quer ser ajudada.
- Para que seu processo ensino-aprendizagem esteja em igualdade de condições com os seus pares, o professor deverá fornecer o maior número de informações possíveis e utilizar materiais concretos para que facilite sua compreensão.
- Quando você desejar a participação do seu aluno em alguma atividade, chame-o pelo nome. Informe-o quando se ausentar da sala de aula e quando tiver retornado, pois ele poderá procurar pelo(a) professor(a) e, se ele não estiver, ficará uma situação desagradável para o aluno, gerando insegurança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão.** Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos cegos e de baixa visão. Brasília, DF: MEC/Seesp, 2003.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Completas**. Fundamentos de Defectologia. Tomo V. Ciudade de La Habana: Editorial Pueblo Educación, 1989.